

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e
Alienação do Banco Português de Negócios, SA.**

17.^a Reunião – 2.^a audição
(26 de junho de 2012)

SUMÁRIO

(...)

Foi também ouvido, em audição, o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues, representante da Comissão de Trabalhadores da BPN Crédito. Usaram da palavra os Srs. Deputados João Semedo (BE), Honório Novo (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Carlos Abreu Amorim (PSD) e Ana Catarina Mendonça (PS).

O Sr. **Presidente** (Vitalino Canas): — Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 14 horas e 43 minutos.

Vamos retomar as nossas audições.

Temos, agora, connosco o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues, que representa a Comissão de Trabalhadores da BPN Crédito.

Esta audição foi solicitada pelo Bloco de Esquerda, que irá fazer a primeira intervenção ou colocar o primeiro conjunto de questões. O Dr. Carlos Correia Rodrigues disse-me que não deseja fazer nenhuma intervenção inicial. Portanto, passamos de imediato às perguntas que o Sr. Deputado João Semedo quererá dirigir à Comissão de Trabalhadores do BPN Crédito.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Carlos Rodrigues, queria começar por vos pedir desculpa, porque, na sequência da minha ronda, vou ter que sair. Peça desculpa por isso.

A minha primeira pergunta é a seguinte: durante os três anos da nacionalização do BPN, qual foi a administração da BPN Crédito?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues** (Representante da Comissão de Trabalhadores da BPN Crédito): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, durante estes três anos de nacionalização tivemos uma administração ainda composta por elementos que estavam do BPN quando este ainda era privado. Depois, passou a ser, em 2009, se não estou em erro, a administração atual, isto é, o Dr. Jorge Pessoa, o Dr. Mário Gaspar e o Dr. Rui Pedras.

O **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr. Carlos Rodrigues, durante esse período a administração, do vosso ponto de vista, assegurou, por um lado, uma boa articulação da BPN Crédito com o restante Grupo BPN? Esta é uma pergunta.

Uma segunda pergunta é se, do vosso ponto de vista, da análise que fazem, a administração — e isso pode verificar-se pelos resultados — foi uma administração que teve uma intervenção que favoreceu o desenvolvimento da BPN Crédito ou, ao contrário, foi uma administração que comprometeu esse desenvolvimento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Na nossa opinião, a comissão de trabalhadores... Fazendo uma pequena introdução: a comissão de trabalhadores foi formada há um ano, isto visto que os trabalhadores entenderam que havia a necessidade de terem um elo mais próximo da administração. Isto porquê? Porque entendemos que existia falta de comunicação. Então, o conceito da empresa foi: vamos criar uma comissão de trabalhadores para que exista maior informação.

Portanto, acho que isto responde um bocadinho à pergunta do Dr. João Semedo. A administração foi um bocadinho uma administração distante, no nosso entender, porque, sendo uma administração que pertencia ao Grupo BPN, sendo uma administração que tinha as várias participadas, é natural que a nossa empresa — natural, entre aspas, peço desculpa — fosse uma empresa um pouco esquecida. Tínhamos uma estrutura, essa estrutura ia trabalhando, tínhamos uma equipa que estava no mercado e, portanto, podemos dizer que não houve aquela motivação perante os trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Havia reuniões regulares entre a administração e a comissão de trabalhadores?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Como lhe disse, há um ano que estamos formados. As reuniões foram sempre solicitadas pela comissão de trabalhadores. Nunca existiram aquelas reuniões periódicas. Alguma comunicação que nós efetuávamos formalmente, por escrito, não tinha a resposta que entendíamos que era necessária.

Portanto, todas as reuniões feitas até esta data foram solicitadas pela comissão de trabalhadores. Assim, podemos dizer que não houve, alguma informação não nos era dada diretamente.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Recorda-se dos temas principais tratados nessas reuniões?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Se me recordo dos temas? Sim, os temas foram variados. Do nosso lado, era um problema da empresa — aliás, permita-me que utilize alguns apontamentos.

Pausa.

Concretamente, quais eram os pontos? Os pontos focados eram, basicamente a situação da empresa, conforme estava a empresa. Quando tivemos o assunto da carteira que seria disponibilizada ao BIC, que foi algo que soubemos não diretamente e sobre o que questionámos a administração, também foi um dos pontos abordados. Portanto, foram todos pontos que nós entendíamos importantes para a empresa. E um dos pontos principais foi sempre o problema que sentíamos da falta de comunicação. Portanto, sem comunicação, não tínhamos conhecimento concretamente de qual era o problema, em

que ponto em que estávamos, como estávamos, como é que era da carteira, como seria, qual era, se íamos ser vendidos, se íamos ser alienados.

Reparem que podemos dizer que há três anos em que não soubemos o que ia acontecer à nossa empresa e só em dezembro de 2011, se não estou em erro, é que apareceu o primeiro interesse de venda, portanto, de liquidação da empresa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Vamos, então, falar com mais detalhe sobre isso.

Disse-me que, durante esse período, dos três anos da nacionalização, só tomaram conhecimento da possibilidade da venda da empresa em dezembro de 2011? Conheceram alguma outra iniciativa da administração no sentido de vender a empresa?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não, não, não! Não conhecíamos. Só em dezembro de 2011 é que tivemos conhecimento, através de uma reunião com a administração.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Recorda-se quem estava nessa reunião, por parte da administração?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Se não estou em erro, essa foi reunião foi efetuada só com o Dr. Jorge Pessoa.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E, nessa reunião, o Dr. Jorge Pessoa deu alguma indicação sobre os potenciais compradores ou interessados na empresa?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não, nessa altura ainda não. Nessa altura, ainda diziam que estavam a fazer prospeção. Portanto, não havia ainda nomes de empresas interessadas ou de potenciais compradores, só mais tarde.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quando é que tomaram conhecimento e como é que tomaram conhecimento desses potenciais compradores?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Como é que tivemos conhecimento? Não foi diretamente da administração. Foi através de outro elo de ligação, neste caso da hierarquia que está mais próxima da administração, ou seja, a direção.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E tomaram conhecimento também dos potenciais compradores ou só apenas...

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não, numa primeira fase ainda não. Depois, mais tarde, sim. Quando tivemos uma reunião, foi-nos dito que existia interessados, interessados quer a nível da empresa em si e interessados na carteira. Quando digo «empresa em si» é na estrutura ou de alguma parte da estrutura, e também da carteira, da gestão da carteira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E essas possibilidades tiveram alguma sequência?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Até este momento, não sabemos concretamente. Sabemos que há uma proposta vinculativa. Foi-nos dito, em maio, que é uma proposta vinculativa dos interessados na empresa, quer a nível de estrutura quer a

nível de carteira, não com a estrutura que existe atualmente e logicamente que a carteira já não é a mesma que existiria na primeira versão. Existiria outra interessada só na parte da gestão da carteira, mas julgo que essa não estará posta na mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Tiveram algum papel na seleção dos créditos que foram transferidos para o BIC?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não. Aliás, nós soubemos da carteira, mais uma vez, por forma indireta. Não tivemos, não soubemos, concretamente, qual era a carteira. Soubemos, mais tarde, que essa carteira compunha o produto de crédito ao consumo, o produto de *factoring*, se não estou em erro, e o produto de locação.

O **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Doutor está a dizer-nos que administração não informou os colaboradores da empresa que os créditos iriam ser transferidos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Se a administração informou os trabalhadores de quais os créditos? Não, de todo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Pergunto-lhe se informou os colaboradores da empresa, os trabalhadores da empresa, que essa operação de transferência de créditos se ia verificar, se ia realizar.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Nós tivemos uma reunião com a administração... Portanto, a comissão de trabalhadores questionou sobre a carteira, se era verdade essa carteira, e disseram-nos que sim, que, apesar de ainda não haver algo de concreto, era uma possibilidade.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Pode repetir a data que eu não ouvi?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Peço desculpa, a data...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Consulte, não há problema nenhum. Compreendo.

Pausa.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Já agora, posso dizer que no dia 3 de abril de 2012 realizou-se uma reunião entre a comissão de trabalhadores e o conselho de administração em que os pontos abordados foram transferência da carteira, futuro da BPN Crédito e reestruturação da empresa. Portanto, foi nesta altura que foi falado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas suponho que em 3 de abril de 2012 os créditos já lá não estavam.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Repare: os créditos não estariam... Neste momento, os créditos ainda são geridos pela BPN Crédito.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Certo.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Certo, mas há uma gestão. Exatamente. Vamos dizer que essa carteira não é da BPN Crédito. Portanto, isto é o que nós temos conhecimento.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas no dia 3 de abril de 2012 tomaram conhecimento não de nada que viria a realizar-se mas de alguma coisa que já se tinha realizado. É essa a minha pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Peço desculpa. Houve aqui um erro da minha parte a nível de datas. Nós temos um comunicado de 5 de março em que já se falava da transferência da carteira da BPN Crédito. Portanto, em abril já estava, como disse e com razão. Peço desculpa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A data de 3 de abril fica sem efeito. É 5 de março.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr. Carlos Rodrigues, já agora, deixe-me colocar-lhe uma questão que há pouco deixei passar sem perguntar. Qual é a situação da administração atualmente? Tem conhecimento disso?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, a comissão está... Perdão, o conselho administração está demissionário. Apresentou a demissão, segundo nos informaram, a pedido da tutela. Essa informação foi-nos... Desculpe?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — A pedido da tutela?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Dr. Carlos Correia. É um comentário lateral do Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — É porque, se há alguma novidade, ótimo. Ainda bem que nos vai contar.

O que nos disseram foi que os três administradores, o conselho de administração tinha apresentado a carta de demissão em 30 de maio, portanto, terminará o seu mandato agora em 30 de junho. Questionámos o conselho de administração, na última reunião, sobre a veracidade dessa informação e confirmámos que era verdade.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas a informação chegou há comissão de trabalhadores, inicialmente, sem ser via conselho de administração?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim! Não soubemos diretamente, fomos nós que questionamos.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Estou prestes a concluir que tudo o que a comissão de trabalhadores sabia nunca era através do conselho de administração. Estou quase prestes a concluir isso.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, podemos dizer que havia sempre uma confirmação da informação depois.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Já é alguma coisa. O conselho de administração confirma. Já não é mau!

Gostava ainda de fazer uma outra pergunta que se relaciona com as perspetivas atuais sobre o futuro da empresa, seja pelo conselho de administração, antes ou depois

de estar demissionário ou demitido, seja por qualquer outra fonte. Qual é, do ponto de vista da comissão de trabalhadores, a expectativa relativamente ao futuro da empresa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Qual é a nossa ideia? Logicamente, a comissão de trabalhadores da BPN Crédito entende que a empresa é viável, por várias razões. Aliás, temos balancetes que demonstram que somos viáveis, e não basta só dizer que a empresa é viável, também podemos dizer que a empresa tem mercado. Isso podemos afirmar, podemos ir ao terreno, podemos demonstrar através da equipa que temos.

Neste momento, temos dois cenários — e isto já são suposições nossas —, o da alienação da empresa, podendo a empresa ser vendida ao potencial interessado, e o da liquidação. Portanto, neste momento, ou somos alienados ou somos liquidados.

Como é que será esse processo? Não sabemos concretamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Ao longo dos últimos três anos, tanto quanto sei, através do Dr. Jorge Pessoa, mas queria confirmar consigo, o efetivo da BPN Crédito variou muito pouco.

O Sr. Dr. *Carlos Correia Rodrigues*: — Variou.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E, atualmente, têm cerca de 191 ou 192...

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Neste momento, temos cerca de 192 trabalhadores, exatamente.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Doutor, tenho uma última pergunta para lhe fazer, que é a seguinte: relativamente ao Governo, tiveram algum contacto com algum membro do Governo ao longo deste período, após a nacionalização?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, tivemos um contacto com a Secretária de Estado, Dr.^a Maria Luísa Albuquerque, em março, e iremos ter amanhã uma audiência com a Sr.^a Secretária de Estado, onde esperamos que nos seja dito mais alguma coisa sobre a situação atual da empresa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — As reuniões foram a vosso pedido ou foram por diligência da Sr.^a Secretária de Estado?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Foram a nosso pedido.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E, na primeira reunião, que matérias discutiram com a Sr.^a Secretária de Estado?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Na primeira reunião discutimos já a transferência — foi por isso que eu disse que havia um erro — da carteira do BPN. Portanto, na altura falava-se que existia a possibilidade... Mas ainda não existia o «sim» do acionista.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Desculpe, essa reunião foi quando?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Foi a 5 de março de 2012.

Portanto, aí falámos da transferência da carteira, que era uma possibilidade, e falámos também da empresa em si, apresentámos um documento em que

demonstrávamos que a empresa tinha viabilidade. Podemos dizer que a Sr.^a Secretária de Estado nos mostrou que existia matéria de que não tinha conhecimento e, então, ficou com o nosso documento para analisar.

Basicamente, o que se discutiu na audiência foi mesmo a parte da privatização, ou não, do Banco BPN e o porquê da nossa carteira ter de ser, ou não, cedida e, também, a capacidade, as potencialidades que a BPN Crédito teria no mercado para continuar com e sem a carteira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Doutor, presumo que a reunião de amanhã tenha sido a vosso pedido.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, sim!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Por tema e ordem de trabalhos, que matérias e que assuntos?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Basicamente, é saber que propostas existem, qual é o futuro da BPN Crédito. É fazer quase um ponto de situação da empresa e, mais uma vez, demonstrar que a empresa é viável. Praticamente é isto, é a preocupação que temos com a empresa e de querer avançar com ela.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — A minha última pergunta prende-se com o seguinte: o Sr. Dr. Correia Rodrigues deve ter ouvido, como todos nós ouvimos, que o Governo — com frequência ou quase sempre, para não dizer sempre — justifica a decisão de

reprivatizar o Grupo BPN com vários argumentos, várias razões e várias justificações, e uma delas é a de salvaguardar os postos de trabalho.

Assim, gostaria de perguntar se, no atual contexto da empresa BPN Crédito, à qual foi retirado, julgo, que 200 milhões de euros da sua carteira de crédito, que julgo que deverão ser dos melhores créditos, porque «quem parte e reparte e não fica com a melhor parte ou é tolo ou não sabe da arte» e, portanto, seguramente, os administradores do BIC não iriam cometer essa imprudência, quando diz que a empresa é viável está a considerá-la viável com o número atual de trabalhadores, ou pensa que para que a empresa venha a ser viável o número de trabalhadores tenha de ser reduzido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues: — Sr. Deputado João Semedo, logicamente temos dois cenários — esta é a nossa visão.

Podemos continuar com a gestão da carteira que foi cedida ao BIC, e não vemos neste momento o BIC — e não estou a tirar mérito a ninguém — a saber fazer a gestão da carteira de crédito, porque não é um Banco dedicado, nem vocacionado para esse tipo de negócio. Portanto, se nos retirarem esse crédito, logicamente teremos um excedente de colaboradores. Como disse há pouco, e com toda a razão, a carteira que foi selecionada foi uma boa carteira e, portanto, podemos dizer que ficámos com o restante, em que há algo médio e algo menos bom, mas é o que temos e podemos potencializar essa carteira.

O que a comissão de trabalhadores pretende é defender a empresa e, basicamente, os trabalhadores, mas tem de ser realista, e a nossa realidade é esta: não podemos pensar numa estrutura como a atual, porque é uma estrutura pesada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Ainda tenho mais uma pergunta: a BPN Crédito está a gerir os créditos que foram transferidos para o BIC?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Ainda.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Está previsto ser assim até quando, ou não há qualquer previsão sobre isso? Faço esta pergunta porque, na realidade, a BPN Crédito é hoje uma empresa pública a gerir parte de uma carteira de créditos de um banco privado, se bem percebo. Gostava de esclarecer isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sr. Deputado João Semedo, não estou por dentro de todos os contatos que foram celebrados entre o BIC e, neste caso, as empresas que agora fazem parte da Parvalorem, do grupo Parparticipadas, mas o que sabemos é que existem acordos de x tempo, julgo de talvez meio ano, em que são garantidos certos tipos de serviços, como serviços de apoio informático, serviços de logística, portanto vários tipos de serviços, e este será um dos serviços que será contemplado. Mas não estamos por dentro, isto é um pouco a nossa perceção, porque, repito, não estamos por dentro.

Compreendo que me tenha dito que isto não é eterno: hoje estamos a fazer a gestão, amanhã podemos não estar a fazer a gestão. Como é lógico, se formos adquiridos por uma instituição ou por alguém, não estou a ver que continuemos a fazer a gestão dessa carteira.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Fiquei surpreendido com essa gestão pública de créditos privados, mesmo que num intervalo de tempo relativamente curto ou, pelo menos, pré-determinado. E é exatamente como diz: no contrato de venda estão estabelecidas e definidas diversas parcerias, mas, curiosamente, não me recordo de esta

ser uma delas. Todavia, não tenho a certeza absoluta. Agora vou com mais curiosidade reler o contrato, que, como pode calcular, não é assim uma coisa muito agradável de ler.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Eu e os meus colegas não tivemos acesso a esse contrato.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quero agradecer todos os esclarecimentos, foram todos muito úteis, em particular este último que me vai obrigar a ler outra vez o contrato de crédito.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Peço desculpa por ter gerado esta confusão.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito obrigado pelos esclarecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP, para colocar as suas questões nas mesmas condições.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a bem da boa conjugação dos trabalhos parlamentares e da colaboração entre grupos parlamentares, cedia a vez ao Sr. Deputado Honório Novo, em representação do PCP.

O Sr. **Presidente**. — Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Carlos Rodrigues e os restantes membros da comissão de trabalhadores da BPN Crédito, e queria começar exatamente pela comissão de trabalhadores em si. Isto é, em que data é que esta comissão de trabalhadores foi criada, se os senhores tinham

conhecimento da existência de outras comissões de trabalhadores a funcionar no BPN e que tipo de articulação era feita entre as diversas comissões de trabalhadores existentes no seio do grupo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sr. Deputado Honório Novo, a comissão de trabalhadores foi criada em abril de 2011, portanto há um ano e dez meses. Foi criada um pouco com base na ideia que há pouco explanei. Se tínhamos conhecimento...? Não, não tínhamos conhecimento das ações que existiam no BPN. Soubemos depois que, nessa altura, também estaria a ser criada no BPN uma comissão de trabalhadores; tivemos uma breve reunião com a comissão e, neste momento, estamos a ter com a Parvalorem.

Portanto, não havia uma grande ligação a nível mais informal, na altura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Queria saber se vocês tiveram conhecimento prévio, uma participação, qualquer forma de intervenção ou de informação, seja a que título for, daquilo que constituiu o processo de seleção dos trabalhadores do grupo que foram transferidos para o BIC e o processo de seleção dos trabalhadores que ficaram nas designadas «Par» ou nas empresas associadas ao BPN, como é o vosso caso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Em relação a esse assunto não tivemos conhecimento de como foi feita a seleção. A única questão que pusemos na altura foi que o Grupo tinha várias empresas que eram empresas de serviços e que tinham alocados... Vou dar um exemplo: a BPN Crédito tinha colaboradores que estavam ao

serviço, uma BPN Serviços, uma empresa de serviços e que teria também alguns colaboradores que eram do Banco e vice-versa. O que é que aconteceu? Na altura, a única preocupação que tivemos foi a de saber, concretamente, onde estavam esses colegas e para onde iam. Mas não tivemos conhecimento de como foi feita a seleção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr. Carlos Rodrigues, vamos precisar um pouco melhor: quanto aos funcionários e colaboradores do BPN Crédito, seja a que título for, isto é, desempenhassem os serviços fosse onde fosse, no próprio BPN Crédito ou noutra empresa associada do Grupo, algum desses trabalhadores nestas condições foi selecionado para ser transferido para o BIC?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Nem para a Parvalorem?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O quadro de funcionários do BPN Crédito, incluindo aqueles que estavam a trabalhar em empresas associadas, manteve-se e mantém-se associado ao BPN Crédito?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Correto.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — A determinada altura, durante estes três anos, circularam em todo o Grupo BPN um conjunto de *e-mails* anónimos, com vários

endereços e dirigido a todos os setores do Banco, incluindo as participadas. Portanto, suponho que terão sido do vosso conhecimento individual (e tenho de perguntar individual uma vez que a comissão de trabalhadores só foi criada em abril de 2011 e, portanto, nesta altura a que me estou a referir os três membros da comissão de trabalhadores que aqui estão presentes apenas podem responder em termos individuais, digamos assim, e não como instituição que só tem um ano e pouco de vida).

A razão da minha pergunta é esta: esses *e-mails* anónimos, que denunciavam determinadas situações, de diverso tipo, dentro da estrutura do Grupo BPN, determinaram, da parte da administração, que fosse dirigido a todo o Grupo um comunicado, informando de uma situação e de uma participação junto do DCIAP para verificação e identificação dos autores dos chamados «*mails* anónimos».

Quero perguntar-vos — uma vez que é uma pergunta individual e não coletiva — se tinham conhecimento dessa situação, se tiveram conhecimento do comunicado do conselho de administração do BPN e se foram, de alguma forma, instados por investigações posteriores, seja de quem for, não sei se da Polícia Judiciária ou se do DCIAP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não, não tivemos conhecimento. Não lemos essas cartas anónimas, esses *mails* anónimos. Soubemos quase pela imprensa, basicamente.

Peço desculpa: falou de um comunicado...? Quando é que foi feito esse comunicado da administração?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Terá sido em 2009, mas é fácil de confirmar. É o comunicado do conselho de administração aos empregados do BPN cujo assunto é «*mails* anónimos».

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não queria errar, mas acho que não o li, nem o recebemos. Isso não foi enviado para a BPN Crédito, julgo eu.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não tinham conhecimento de que a administração tinha participado ao Departamento de Investigação e Ação Penal?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não. Não nos foi comunicado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É tudo. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero cumprimentar os representantes da comissão de trabalhadores do BPN Crédito.

Para além das questões que já foram colocadas, algumas bastantes relevantes, queria perguntar o seguinte: relativamente aos procedimentos e ao funcionamento, o BPN Crédito, a partir da nacionalização, operou em termos semelhantes ou em termos diferentes daqueles que operava anteriormente? E, para poupar várias perguntas seguintes, vou concretizar: quanto ao objeto e à missão, o que era suposto o BPN Crédito fazer depois da nacionalização tinha ou não semelhanças com aquilo que fazia antes? E, se tinha diferenças, quais eram as mais relevantes? Por outro lado, a organização interna do BPN Crédito era semelhante ou também sofreu alterações e, se sofreu alterações, em que sentido? E os procedimentos, designadamente os relativos à aprovação de crédito e à renegociação dos créditos já existentes, eram semelhantes ou diferentes? Quem decidia a aprovação de novos créditos e a aprovação de reestruturações de créditos? O procedimento de aprovação era semelhante ao que acontecia anteriormente? Sofreu alterações? Quais?

Quanto aos mecanismos internos de controlo, por exemplo, nesta área, vários administradores do BPN nacionalizado que aqui passaram disseram que houve uma grande alteração, internamente, dos mecanismos de controlo relativamente à concessão de crédito e vários administradores da administração do BPN, nomeada pela Caixa Geral de Depósitos, já aqui asseguraram várias vezes que poderiam responder pela concessão de crédito pós-nacionalização, porque tinham introduzido procedimentos diferentes que asseguravam não só a transparência como a sustentabilidade do crédito concedido.

Por outro lado, e sem entrar em matérias de sigilo — temos já observado essa regra relativamente a administradores, mais ainda a observaremos relativamente a trabalhadores, pelo que não iríamos pedir que pusessem em causa os deveres que têm —, temos tido também a informação, por parte de administradores do BPN pós-nacionalização, de que o crédito concedido após a nacionalização foi residual, que quanto muito o crédito que foi concedido, e que até aparece expresso nas contas do Banco (e já confrontámos pessoas com isso, porque muitas vezes essa informação não condiz com os dados das contas do Grupo, inclusivamente do BPN Crédito) tinha a ver essencialmente com reestruturações e não com a concessão de novo crédito.

Portanto, sem identificar clientes, mas identificando um pouco a prática do Banco durante este período, pergunto se é verdade que a concessão de créditos foi essencialmente para reestruturação, portanto, a empresas às quais já era concedido antes, se houve um número significativo de novos créditos e se, nesses novos créditos, tiveram algum peso empresas do setor público.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Quanto às alterações sobre o objeto e a missão, a única alteração que existiu — se calhar, vou ser muito simples a falar — foi a da administração. Ao nível de alterações, o que aconteceu foi que houve uma reorganização em certas áreas da empresa, mas nada que transformasse totalmente a

empresa a nível da organização e da estrutura. Podemos dizer que o objeto e a missão continuam a ser idênticos: é uma empresa de concessão de crédito ao consumo e de locação, e continuou a ser.

Quanto aos procedimentos ao nível de aprovação de créditos, logicamente que existiram alterações — mas isso é normal. O mercado varia, transforma-se, temos de transformar-nos, temos de acompanhar o mercado, temos de ser mais rigorosos quando é necessário ser rigoroso e, neste momento, estamos numa época em que temos de ser mais rigorosos. Logicamente, existiram alterações.

Ao nível de decisão e aprovação, podemos dizer que sim, que apareceu mais... não vou dizer rigor, porque, repare, se eu disser que é rigor vou estar a explicar que a BPN Crédito, que existe desde 1999 (a parte de créditos e outras empresas), esteve sem rigor até 2009, esteve a fazer créditos que não devia ter feito. Ou seja, iríamos cair um pouco nesse conceito. Esta é a minha interpretação, podem dizer isso ou dizerem que foi transformado e, agora sim, neste momento, o BPN Crédito está a trabalhar como deve ser, está no mercado. Acho que não devemos ser assim tão firmes nessas afirmações.

Portanto, não estou aqui a contestar o que os Srs. Administradores disseram, não estou aqui a pôr em causa, mas também não quero pôr em causa a empresa onde trabalhamos há uns anos.

Penso que não podemos misturar o conceito de rigor porque, ao falar como se falou — e sei que não foram palavras do Sr. Deputado, mas, sim, de quem esteve aqui —, dizendo que «agora, sim, há rigor», ofende-nos um pouco e dá a sensação de que anteriormente os créditos eram feitos, pura e simplesmente, porque havia necessidade de fazer créditos. Não! Havia rigor, havia uma estrutura, havia uma empresa. Aliás, se não existisse uma empresa montada como existe, se calhar, não estaríamos aqui (estou a fugir um bocado à questão, pelo que peço desculpa), porque tivemos até agora uma gestão, ao nível de Caixa Geral de Depósitos — e estamos a referir uma entidade, estamos a referir pessoas —, que esteve afastada. Portanto, se tivemos uma gestão

afastada da empresa, expliquem-me como é que a empresa conseguiu chegar até aqui? Foi porque existiu uma estrutura que sempre trabalhou!

Mas houve alterações quanto às decisões e aprovações, houve alterações ao nível do controlo interno, e temos de dizer que houve um melhoramento. Aliás, existem normas do Banco de Portugal que nos obrigam, como instituição financeira, a que exista um controlo interno.

Portanto, tem de haver melhoramentos, o que é lógico.

Foram estas as alterações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Relativamente à gestão afastada, disse, e bem, que tinha a ver com a caixa Geral de Depósitos, não particularizada, em relação à administração. Mas isso contribuiu também para uma indefinição estratégica que tenha prejudicado a empresa? Fazem essa avaliação de uma ausência de definição estratégica por parte da administração nomeada pela Caixa Geral de Depósitos ou, do ponto de vista estratégico, era claro qual era o papel da empresa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Do ponto de vista estratégico, era claro o caminho da empresa. Mas, repare: temos de pensar que há três anos (neste momento, já vai quase em quatro) que estamos numa situação que não é a mais confortável e, continuo a dizer, com uma gestão que não é a mais próxima da empresa.

Portanto, logicamente esta situação afeta a empresa, porque existem sempre decisões que são tardias. Este é o conceito da comissão, não vamos dizer que é por causa da gestão que a empresa podia ser melhor, mas tudo afeta neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Também foi dito por um administrador, hoje de manhã, que a BPN Crédito mantinha uma quota de mercado relevante no setor, se não me engano superior a 15%. Quando se fala dessa quota – que é, obviamente, muito importante para a viabilidade da empresa em termos futuros —, que consequência tem a transmissão dos créditos para o BIC nessa quota de mercado? E essa alteração, reduzindo naturalmente a quota de mercado, é uma redução que põe em causa a sustentabilidade ou limita a quota, mas sem inviabilizar a continuidade da empresa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sr. Deputado João Almeida, pode não inviabilizar, tudo depende do que comercialmente a empresa pretende. Mas prejudicar, prejudica, porque ficamos sem uma carteira importante, ficamos sem clientes que poderíamos fidelizar no futuro, que poderiam ser potenciais clientes — perdão, potenciais clientes não, porque eles já são. Mas prejudicaria a concessão de crédito, etc.

Logicamente, a perda da carteira é algo que nos assusta um pouco, é algo que vai afetar. Por isso, ainda há pouco, quando questionados pelo Sr. Deputado Honório Novo, dissemos que a estrutura da empresa teria de ser revista, por muito que custe à comissão estar a dizer isto, porque existem trabalhadores e postos de trabalho que podem estar em causa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O mesmo administrador que nos falou disso falou-nos também do sobredimensionamento atual da BPN Crédito, até em relação à carteira anterior, portanto mais ainda relativamente à redução. Admito que seja matéria discutível, mas não é matéria objeto desta Comissão.

O incumprimento nos créditos concedidos pela empresa situava-se principalmente em que áreas? No imobiliário?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Temos uma parte no imobiliário e temos a parte de crédito ao consumo, também, que é uma parte importante, porque é aí que encontramos um nicho de mercado, que, infelizmente, não é o melhor. É nessa parte.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Antes e depois da nacionalização, foi verificado muitas vezes pelos trabalhadores a insuficiência ou até a inexistência de garantias que tenham sido prestadas em sede de contratos de concessão de crédito? Isto é, foi detetado pelos trabalhadores e foi reportado à comissão a insuficiência ou até a inexistência de garantias que tenham sido prestadas no âmbito de contratos de crédito? Pergunto se por necessidade, por incumprimento ou por qualquer outro evento posterior se verificou que essas garantias não existiam? Têm reporte disso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, houve casos de garantias que não existiam ou que eram insuficientes. Portanto, há reportes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E há reportes disso depois da nacionalização, relativamente a bens móveis e imóveis que, dados como garantia em

contratos de concessão de crédito, se veio a verificar posteriormente que não existiam, esses bens móveis ou imóveis?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Francamente, para ser sincero, não temos conhecimento se existiam, ou não. Não vou dizer que não seja verdade, mas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não perguntei se existiam ou não, até porque, com isso, estaria a entrar na esfera já do exercício da atividade profissional; o que posso perguntar, em termos de comissão de trabalhadores... E vou ser sincero: nós recebemos informação de trabalhadores da empresa no sentido de denunciarem situações dessas. O que pergunto é se a comissão de trabalhadores também recebeu denúncias nesse sentido, isto é, de, em contratos de concessão de crédito, estarem dadas garantias, designadamente de bens móveis e imóveis que eram identificados como garantias nessa concessão de crédito e que depois, por eventos posteriores, se veio a verificar que bens móveis ou imóveis, que estavam identificados, não existiam de facto. Não era só o seu valor ser insuficiente, era não existirem de facto!

Pergunto se essa situação foi reportada, e isto sem entrar na esfera da atividade profissional, perguntando se aconteceu ou não aconteceu. Pergunto apenas se essa situação foi reportada por trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Eu reformulo a minha resposta: não, não tivemos conhecimento. Portanto, existimos há um ano e pouco e não tivemos conhecimento de algo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se eu pudesse usar com propriedade, usava. Estou a perguntar exatamente para «contrachecar» uma informação que temos.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Peço desculpa, mas se existisse algo, a comissão de trabalhadores só teria de reportar também. Se encontrássemos algo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro, se me tivesse respondido isso, perguntava se teria reportado, e imagino que sim, naturalmente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Dr. Carlos Rodrigues, disse-nos aqui que a comissão de trabalhadores foi formada em abril de 2011, porque os trabalhadores estavam preocupados com o futuro da empresa e com a sua situação, o que me parece natural. Mas, o facto de ter dito e de ter referido essa data e esse momento, suscita-me, desde logo, uma questão: não existiam preocupações nesse sentido antes, porque o caso BPN era, em abril de 2011, um caso já com alguns anos de idade, digamos assim. Portanto, fiquei um pouco surpreendido pelo facto de estas preocupações terem surgido exatamente neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Logicamente, existiam preocupações quando eu disse que surgiram e quais os motivos.

Vamos ser mais pragmáticos.

Foi nessa altura que os trabalhadores entenderam que era necessário ter alguém que os defendesse, ter alguém que fosse a voz deles. As preocupações existiam e existem, como referi há bocado, mesmo antes da nacionalização. Podemos dizer que foi

o momento em que os trabalhadores entenderam que tinham de ter um pouco a coragem de ter alguém que os representasse. Foi isso, basicamente. Não foi a preocupação, mas foi o momento em que disseram «vamos ter alguém que nos represente».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Então, isso significa que a preocupação já existia, tiveram, nesse momento, a coragem, mas durante todo o período, designadamente quando se deram aberturas de processos judiciais, prisões, inclusivamente de pessoas do topo da administração do BPN, a primeira comissão de inquérito...Nesse momento, essas preocupações existiam, mas não houve esse passo em frente — se me permite a expressão —, não se sentiu essa necessidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não. Não, porque sempre fomos... Como é que posso explicar esta minha perceção... Não, porque sempre fomos uma empresa um pouco à parte do BPN, tirando quando foi entendido que devia haver uma fusão, da parte do crédito, no Banco. Mas sempre entendemos ser uma empresa um pouco à parte, uma empresa com uma gestão quase autónoma e não sentimos essa preocupação. Só quando começámos a sentir que, afinal, era algo que também nos atingia, porque nós pertencemos a um grupo; era algo que estávamos a começar a sentir. Se calhar, fomos um pouco egoístas, porque só pensámos em nós e não pensámos no todo. Talvez! Foi um passo para avançarmos, um pouco de coragem e talvez tenha sido isso que faltou durante este tempo todo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Essa sua resposta suscita-me outra, que também vem no seguimento de algumas questões que foram já colocadas, hoje de tarde.

Essa autonomia de gestão que se pressentia, isto é, os trabalhadores tinham a sensação — e, se calhar, mais até do que a sensação — de que o BPN Crédito era algo de autónomo, segundo percebi das suas palavras, e, portanto, a gestão funcionava de forma diferente e, se calhar, também a própria empresa funcionaria de forma diferente, de tal maneira que algumas das preocupações que seriam naturais noutras áreas do Grupo, não eram sentidas com tanta acuidade no BPN Crédito. Mas isso significa que, em princípio, terá sido uma das principais modificações após a nacionalização, isto é, essa noção de autonomia e de diferença do BPN Crédito terá terminado, segundo julgo perceber, e é nesse sentido que peço um esclarecimento das suas próprias respostas aos meus colegas, hoje de tarde.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Podemos dizer que sim, que está correta a sua afirmação. Tínhamos um pouco essa noção desde o início da empresa; desde que, depois de 2003, houve a fusão de outras empresas, tínhamos um pouco a noção de que eramos autónomos, tínhamos também um pouco o conceito de que era verdade termos uma empresa rentável, uma empresa que estava no mercado. Quando chegámos à parte da nacionalização, sentimos que estávamos todos no mesmo... Só que demorou tempo a sentir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Referiu também, e estou a citar, penso que até literalmente, «que não tivemos — comissão de trabalhadores, obviamente — papel na entrega de créditos ao BIC». Foi que o disse numa resposta ao Sr. Deputado João Semedo. Mas não tinham de ter, isto é, não me parece que faça parte dos deveres

funcionais de uma comissão de trabalhadores, neste contexto, «ter um papel», estou a citar, na entrega de créditos ao BIC. Estou correto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Está correto. Não temos.

Logicamente, não faz parte de uma comissão de trabalhadores decidir quais são os créditos, a única questão que pusemos foi o porquê de não nos terem informado que existiria uma parte da nossa carteira que seria cedida. Só! Não fomos contra a gestão, mas, sim, contra a falta de comunicação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Então, significa que o tal comunicado do dia 5 de março de 2011 — a comissão de trabalhadores referiu aqui a existência desse comunicado —, no qual se referia expressamente esse assunto, foi não direi uma queixa mas um lamento, à falta de melhor expressão, no sentido de não terem sido informados de algo que julgavam que deveriam ter sido, não tanto por uma questão de dever funcional, mas por uma questão quase que de alguma solidariedade intraempresarial.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Exatamente. Sim, sim! Praticamente, é isso.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É isso que está, então, no comunicado?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, sim. Atenção, no comunicado não está a dizer que a comissão de trabalhadores tem o direito, ou tem a obrigação, ou que deve. Não! O problema é não termos tido a comunicação, só.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Estamos constantemente a ouvir pessoas sobre as empresas participadas e sobre lateralidades do Grupo e, às vezes, sobre os mesmos aspetos, conseguimos perceber noções e, digamos assim, juízos completamente diferentes.

Foi dito aqui, várias vezes, que o BPN Crédito é uma empresa viável e até lucrativa — isto foi referido aqui. Não queria fazer esta pergunta, mas vejo-me obrigado a fazê-la, porque houve outros depoimentos que não vão exatamente no mesmo sentido. Ora, queria que fizesse um comentário a esta minha afirmação, que se vai seguir: a viabilidade e a potencialidade lucrativa da empresa não deriva do facto de ter sido extremamente apoiada na concessão de crédito? Isto é, de onde vinha o dinheiro do BPN Crédito?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Isso é correto. Vamos ter de falar em português: a BPN Crédito comprava o dinheiro — peço desculpa pela expressão — barato, portanto, o chamado *funding*. Agora, se me puserem a questão de que esse *funding* terá de subir para o dobro (se não estou em erro, acho que era de 2,25%), perante as taxas que temos, podemos dizer que ainda conseguimos ser uma empresa viável. Mas tudo depende do valor que nos propuserem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Então, significa que no processo da venda de créditos ou da entrega de créditos ao BIC não há nada de incorreto a apontar, há, quando muito, um dever de solidariedade empresarial, que não teria sido propriamente prestado por parte da administração. No entanto, a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro recebeu a comissão de trabalhadores e, segundo julgo saber — foi dito aqui por si, agora mesmo —, vai receber amanhã, e, portanto, tem havido diálogo nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, tem havido diálogo. Aliás, por duas vezes que pedimos uma audiência, foram rapidamente respondidas. Não temos nada a apontar nesse assunto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Penso que o Sr. Dr. Carlos Rodrigues disse aqui — mas se não disse exatamente aquilo que vou dizer, corrigir-me-á — que a estrutura do BPN Crédito era uma estrutura «pesada». Fez esse juízo aqui. Queria que me especificasse ou que me concretizasse, se for possível, um pouco melhor esta expressão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Quando me referi a uma estrutura pesada falei em relação a este momento: perante o mercado, perante a nossa produção, a produção atual, a estrutura está sobredimensionada. Portanto, foi o que eu quis dizer com «um pouco pesada».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, redimensionando essa estrutura, e ainda que o crédito deixe de ser, salvo melhor expressão, bonificado, o BPN Crédito continua a ser uma empresa viável, no juízo da comissão de trabalhadores?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, continua a ser. Aliás, fizemos estudos internos. Logicamente, agora tem de haver um estudo ainda mais específico, mais minucioso. É isso, basicamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Queria só desejar à comissão de trabalhadores as maiores felicidades no seu futuro e no futuro da sua empresa.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, começo por cumprimentar a comissão de trabalhadores.

Serei muito breve, porque creio que a maior parte das questões já foram colocadas pelos meus colegas, mas há duas ou três dúvidas que gostaria de esclarecer.

O Sr. Dr. Carlos Rodrigues disse que criaram a comissão de trabalhadores em abril de 2011 e a justificação — confesso que para meu espanto, mas é uma opinião minha — é a de que havia falta de informação. A minha pergunta é esta: a comissão de trabalhadores (e talvez por isso o Bloco de Esquerda tenha pedido que viessem a esta Comissão) é para dar eco, ou não, às preocupações dos trabalhadores?

Concretamente, nesta venda do BPN ao BIC e na escolha de créditos do BPN Crédito, um membro da comissão de trabalhadores, creio que a Dr.^a Iva Carvalho, disse que terá sido seleccionada uma carteira de créditos especializados de 200 milhões, perto de 50% da carteira total, e que foram escolhidos os melhores créditos (podem confirmar que foram escolhidos os melhores créditos). Mas dizia, também, que estava preocupada porque, face à desvalorização da BPN Crédito, podiam estar em causa os postos de trabalho.

Pode quantificar quantos postos de trabalho, dos 192 trabalhadores, podem ficar em causa neste momento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sr.^a Deputada, neste momento, há um número mágico: dizem que 50% dos colaboradores poderão, ou não, ser dispensáveis. É isso que se ouve — digo que «é isso que se ouve», porque é falado pela administração, é falado pela imprensa.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Falado pela administração, foi o que disse?

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Sim, pelo conselho de administração. Neste caso, numa reunião que nós tivemos. Aliás, já agora, uma das propostas foi, também, relativa a 50% dos trabalhadores. Portanto, é algo que começa a ser muito falado.

O Sr. Deputado questiona-me, concretamente, sobre qual o número de trabalhadores que seria necessário para a empresa. Penso que terá de ser feito um estudo, ver qual a carteira com que realmente ficamos e qual o mercado que queremos. Primeiro, temos de reformular a nossa estratégia e, depois, decidir concretamente o que queremos. É algo muito complicado estar aqui a dizer que necessitamos só de 80, 90, ou 100 trabalhadores! Reparem, é um bocado complicado estar aqui a dizer isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr. Carlos Rodrigues, os factos são os seguintes: temos uma venda do BPN ao BIC e temos uma transferência de trabalhadores — já disse aqui que a vossa preocupação é com o BPN Crédito —, dos quais, inicialmente, o BIC assumiria 750. Mas, neste momento, já assumiu mais de 1000 trabalhadores. A comissão de trabalhadores do BPN Crédito, criada há um ano, sabe que nos últimos meses foram transferidos créditos do BPN, e escolhidos os melhores créditos, para o BIC. E, perante isto, a comissão de trabalhadores teme que, face à desvalorização da BPN Crédito, possa haver um aumento do desemprego.

A minha questão é esta: nesta venda do BPN ao BIC, quantos trabalhadores...? Quer dizer, a grande utilidade de ouvir a comissão de trabalhadores aqui, mais do que saber se houve ou não contatos com a administração, é saber quantos postos de trabalho vão ficar em causa face a esta transferência. Quem são os interlocutores da comissão de trabalhadores a quem já perguntaram isto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Amanhã, vamos ter uma reunião com a Sr.^a Secretária de Estado, que será a pessoa indicada, neste momento, para responder a essa questão, dado que a administração não nos soube responder.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr. Carlos Rodrigues, agradeço todos os esclarecimentos que foram dados aos meus colegas mas, de facto, da parte do Partido Socialista, o que interessava saber (e esperávamos uma resposta da comissão de

trabalhadores) era, dos 192 postos de trabalho, quantos vão ser cortados com esta venda.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — Não estou a fugir à pergunta que me está a equacionar, mas eu não sei, porque nós, comissão de trabalhadores, não sabemos qual é o nosso futuro, não sabemos se vamos ser liquidados — e é um termo que nos custa imenso —, se vamos ser alienados.

Repare, se me perguntar concretamente quantos trabalhadores gostaria que se mantivessem, eu, como representante da Comissão de Trabalhadores, diria 192. Agora, se me perguntar qual é a possibilidade, não lhe sei responder. É para isso que vamos tentar lutar. Portanto, não vou estar a dizer se vão ser 100 ou se vão ser 90 trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Uma última questão, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Carlos Rodrigues, percebo a dificuldade da comissão de trabalhadores perante a incerteza. E, agora, sim, coloco uma última pergunta, que me foi suscitada pela sua resposta: quem é, neste momento, o interlocutor do BPN Crédito? É o BIC? É o Governo? Quem dirá quantos trabalhadores vão ficar a trabalhar dos que foram transferidos? Imagino que, amanhã, esperam uma resposta da Sr.^a Secretária de Estado. Mas quem é o interlocutor, com quem é que a comissão de trabalhadores fala para expor esta sua preocupação sobre os postos de trabalho que podem ficar em causa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Correia Rodrigues.

O Sr. Dr. **Carlos Correia Rodrigues**: — A Sr.^a Deputada sabe tão bem como eu, ou melhor, quem é o acionista da BPN Crédito. Portanto, é ao acionista que nós temos que fazer perguntas. O acionista é o Estado português, se não estou equivocado.

Portanto, é ao Estado português, não é ao BIC. Nós não temos nada que solicitar, que colocar questões ao BIC.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Portanto, amanhã espero obter uma resposta da Sr.^a Secretária de Estado sobre se se mantém a pretensão da comissão de trabalhadores relativamente aos 192 trabalhadores.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não tenho indicação de que algum dos Srs. Deputados deseje fazer perguntas numa segunda ronda, pelo que podemos dar por concluída esta audição, agradecendo a presença dos três membros da comissão de trabalhadores do BPN Crédito e os esclarecimentos que nos prestaram, certamente muito úteis para o funcionamento e para as conclusões desta Comissão.

Muito obrigado a todos.

Interrompemos esta reunião até às 16 horas e 30 minutos, hora a que retomaremos a reunião para a próxima audição.

Eram 15 horas e 49 minutos.